

Maria José da Silva Faria

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Relato e análise económica e financeira



VidaEconómica

ÍNDICE GERAL

Prefácio	13
----------------	----

Capítulo I – Enquadramento histórico

1. Introdução	17
2. Evolução da responsabilidade social	21
3. Conceito de responsabilidade social	36
4. Sustentabilidade empresarial e desenvolvimento sustentável	55
5. Síntese.....	74

Capítulo II – Análise e tratamento da RSE

1. Introdução	77
2. Normalização de responsabilidade social	82
3. A RSE e o desempenho económico	89
3.1 A <i>performance</i> económica e financeira diante da responsabilidade social.....	97
4. O exercício e a gestão estratégica da responsabilidade social empresarial	101
5. Comunicação da responsabilidade social.....	121
5.1 Introdução	121
5.2 Relato social da responsabilidade social.....	124

5.3 Relato económico e financeiro da responsabilidade social (contabilidade social e ambiental).....	180
6. Propostas da fiscalidade verde portuguesa.....	196
6.1 Propostas de remodelações para a fiscalidade verde em Portugal	196
6.2 Benefícios com a prática de responsabilidade social para empresas e particulares	218
6.3 Mudanças com a aprovação da reforma da fiscalidade verde em 2015.....	224
7. Síntese.....	233

Capítulo III – A RSE nas empresas

1. Introdução.....	237
2. As empresas multinacionais	242
3. As grandes empresas.....	248
4. As empresas com valores admitidos à cotação	250
5. As empresas do setor bancário	253
5.1 O papel das instituições financeiras nacionais	255
6. As pequenas e médias empresas.....	258
7. Microempresas	281
8. Síntese.....	283
Conclusão.....	285

Referências bibliográficas

Devido à sua extensão, as referências bibliográficas estão disponíveis para consulta online no endereço mailings.vidaeconomica.pt/livro/bibliografia_rse.pdf

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 1 – Argumentos contra e a favor da RSE.....	25
Quadro nº 2 – Visão puramente económica e sustentável.....	31
Quadro nº 3 – Instituições de apoio à RSE em Portugal	33
Quadro nº 4 – Desenvolvimentos no âmbito do conceito e filosofia de RSE.....	39
Quadro nº 5 – Evolução do conceito de RSE	40
Quadro nº 6 – Principais organizações de responsabilidade social	45
Quadro nº 7 – Abordagem académica das perspetivas da RSE	47
Quadro nº 8 – Síntese de conceitos/contributos associados à noção de responsabilidade social.....	50
Quadro nº 9 – Atlas mundial do desenvolvimento sustentável	55
Quadro nº 10 – Resumo dos marcos, perspetiva histórica e cronológica.	63
Quadro nº 11 – Resumo das principais conceções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.....	67
Quadro nº 12 – Evolução histórica da responsabilidade social.....	75
Quadro nº 13 – Dimensão interna da RS.....	78
Quadro nº 14 – Dimensão externa da RS	79
Quadro nº 15 – Resumo das vantagens e inconvenientes da Responsabilidade Social	80
Quadro nº 16 – Compêndio das principais normas de RSE	83
Quadro nº 17 – Temas centrais abordados na ISO 26000.....	88

Quadro nº 18 – Teorias sociais de base concetual.....	90
Quadro nº 19 – Resumo dos diferentes modelos de mensuração da RSE.....	92
Quadro nº 20 – Vantagens da utilização estratégica da responsabilidade social empresarial	102
Quadro nº 21 – Ações de RSE e o seu resultado.....	105
Quadro nº 22 – Estratégia de responsabilidade social e estratégia empreendedora	109
Quadro nº 23 – Atos de irresponsabilidade social	112
Quadro nº 24 – Tipologias de estratégias empresariais	119
Quadro nº 25 – Relato de informação social e ambiental.....	126
Quadro nº 26 – Atuais campanhas no âmbito da caridade	130
Quadro nº 27 – Síntese das vantagens e desvantagens do balanço social	133
Quadro nº 28 – Avaliação da responsabilidade social.....	140
Quadro nº 29 – Categorias e aspetos das diretrizes do GRI.....	142
Quadro nº 30 – Índices utilizados pelas empresas cotadas	147
Quadro nº 31 – Principais índices.....	149
Quadro nº 32 – Utilização da Internet	151
Quadro nº 33 – Principais selos de rotulagem de produtos	154
Quadro nº 34 – Canais e ferramentas de comunicação.....	167
Quadro nº 35 – As Diferenças entre as Grandes Empresas e as PME face à RSE.....	168
Quadro nº 36 – Estudos empíricos de RSE no contexto económico português	170
Quadro nº 37 – Entidades internacionais de suporte ao relato da RSE.....	172
Quadro nº 38 – Quadro-resumo dos diferentes modelos de mensuração da RSE apresentados	175
Quadro nº 39 – Instrumentos de responsabilidade social	179

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n° 40 – Modelo do mundo em 7D.....	182
Quadro n° 41 – Modelos alternativos de relato financeiro da responsabilidade social.....	183
Quadro n° 42 – Diferenças entre o modelo informativo atual e o IR.....	186
Quadro n° 43 – Interferências no relato da RSE.....	191
Quadro n° 44 – Relato social e ambiental.....	193
Quadro n° 45 – Principal tributação na indústria da aviação	198
Quadro n° 46 – Resumo das principais recomendações da comissão para a fiscalidade verde	207
Quadro n° 47 – Resumo da reforma da fiscalidade verde para 2015 ...	225
Quadro n° 48 – Fatores de impacto da RSE em pequenas e grandes empresas	240
Quadro n° 49 – Exemplo de ações de responsabilidade social	242
Quadro n° 50 – Acidentes ambientais mais marcantes desde meados do século XX até à atualidade.....	274
Quadro n° 51 – Categorias de empresas segundo a Diretiva 2013/34/UE	282
Quadro n° 52 – Categorias de empresas – normativo português.....	283

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – <i>Triple Bottom Line</i> (TBL)	19
Ilustração 2 - Modelo de análise das motivações empresariais para ações ambientais	152

PREFÁCIO

Ao terminar a leitura do livro *Análise Económica e Financeira da Responsabilidade Empresarial*, para aceder à honra e responsabilidade que me concede a Prof^a Maria José da Silva Faria, antiga aluna e colega de docência no ISMAI, senti-me influenciado a concretizar a escrita do prefácio em duas vias:

- Uma sintética, assumindo o exemplo da autora preconizado no final de cada capítulo;
- Outra mais detalhada e orientativa do que o leitor poderá encontrar em cada um dos independentes mas complementares capítulos.

Sinteticamente, esta obra é uma referência essencial a quem desejar conhecer ou explorar com detalhe o essencial da Responsabilidade Social Empresarial, estando estruturada em três capítulos, com uma sequência própria e natural que vai da conceptualização e enquadramento histórico, passa pelas principais políticas e normas em vigor e conclui com a sua aplicabilidade às distintas tipologias de empresas. Merece destaque a sua bibliografia, ao listar um número superior a 1660 entradas, que transformam o livro num instrumento muito útil a quem deseje investigar esta tão atual e influente temática.

A Responsabilidade Social está associada a uma atitude relacionada com o cumprimento de um conjunto de deveres e obrigações das pessoas, singulares ou coletivas, para com a sociedade em geral.

As primeiras alusões ao tema remontam ao início do século XX, nos EUA, mas só no início da segunda metade desse século – tendo como marco

o livro *Social Responsibilities of the Businessman*, de Howard Bowen – é que a temática recebeu uma maior atenção, tendo sentido um grande impulso na década de 70, com o surgimento de associações dedicadas ao seu estudo.

A nível europeu, a Comissão Europeia, no seu Livro Verde *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, de 18/07/2001, assume que a “responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo”.

Apesar desta juventude de poucas décadas, a dedicação do primeiro capítulo ao enquadramento histórico detalhado foi uma excelente opção da autora.

Na atualidade, a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) possui uma abrangência tal que uma das melhores formas de abordagem passa pela sua escalpelização em distintas perspetivas. A autora decidiu pela sua divisão em interna e externa, destacando as vantagens e desvantagens que lhes são inerentes, e pela apresentação das principais legislações e normas associadas. No segundo capítulo encontrará excelente matéria-prima para formular juízo e aplicações sobre questões muito pertinentes, de que se salientam:

- A RSE deve ser parte integrante da estratégia duma organização?
- Será a RSE um custo ou um benefício económico para a empresa e para os seus *stakeholders*?
- Qual o modelo mais ajustado de relato económico e financeiro da RSE?
- Como enquadrar, tirar partido e comunicar a política de RSE da organização?

A conceção de múltiplos quadros comparativos e exemplos aplicativos de uma grande diversidade de empresas, duas características diferenciadoras desta obra e de grande trabalho da autora, permite uma análise muito prática e reforçadora da sua efetiva utilidade.

Pela sua atualidade, é de salientar a abordagem pormenorizada da recente reforma da Fiscalidade Verde nacional, traduzindo-se num notável referencial para as organizações a operar em Portugal.

O último capítulo é dedicado à observação da responsabilidade social na perspetiva das empresas e das suas distintas formas de expressão, filantropia, caridade, ética, *marketing* social, ... e segundo distintas tipologias das organizações – multinacionais, de capital aberto, financeiras, das grandes às pequenas e microempresas –, o que reforça a utilidade e aplicabilidade deste trabalho.

O livro culmina com um conteúdo estrutural e que, normalmente, não é tema de focalização no prefácio, mas, ao apresentar mais de 1660 referências bibliográficas, merece esta visibilidade e transforma esta obra num compêndio imprescindível a investigadores sobre a RSE.

Concluindo, a sustentabilidade da sociedade ou das gerações futuras é uma responsabilidade que cabe a todos nós, enquanto seres humanos, que devemos compreender que qualquer ato pessoal origina uma pegada que define o trilho percorrido e vai influenciar o futuro de todos, pelo que finalizo este prefácio com uma adaptação da frase de John F. Kennedy, “Não me digas o que a Responsabilidade Social pode fazer por ti, mas sim o que podes tu fazer pela Responsabilidade Social”, e com a crença e expectativa de, em breve, a Prof^a Maria José Faria estar a escrever de forma tão detalhada e referenciada sobre a Responsabilidade Social Individual.

António Nogueira da Costa
efconsulting

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

1. Introdução

Desde sempre a estratégia dominou o rumo da vida do homem, seja ao nível cultural, social, empresarial e económico. A ligação entre estratégia e campo de atuação do homem é diferenciada quer no tempo, quer na academia e na vivência diária.

Neste livro importa analisar, pela sua importância e ligação ao tema, a relação entre a estratégia social e a empresarial. A relação entre estas duas estratégias (social e empresarial) teve origem nas táticas bélicas de Sun Tzu¹, que, apesar da sua antiguidade, são ainda hoje extraordinariamente compreensíveis pela sua racionalidade e aplicabilidade. Os estrategas militares de antigamente, como Napoleão, Zhuge Liang, Cao Cao, Takeda Shingen, Vo Nguyen Gia, Mao Tse Tung, entre outros, vieram dar origem à criação de uma nova vaga de administradores, gestores e outros pensadores de direção estratégica ao nível empresarial, económico e financeiro. As estratégias empresariais atuais são condicionadas, positiva e negativamente, pelos recursos económicos, pelas oportunidades do mercado, pela

1. Num excerto da sua obra *A arte da guerra*: “Se você conhece o inimigo e se conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas...”(Tzu, 1996).

globalização económica e financeira e pelas regras sociais e sustentáveis impostas ao homem de negócios. Uma das mais importantes na hierarquia competitiva da conduta empresarial é a responsabilidade social.

Em abstrato, a responsabilidade social empresarial – RSE – é, na prática, uma forma de atitude dos gestores, administradores, estrategas e outros dirigentes empresariais que, pelas suas funções, permitem a integração de um número indeterminado de elementos da sociedade sobre a mesma através da procura e encontro do bem-estar geral. Teoricamente, espera-se que a responsabilidade social resolva os problemas capitalistas da sociedade das últimas décadas. Por isso, a sua importância impulsiona não só o seu estudo por economistas e investigadores no âmbito das ciências sociais como a sua prática e execução pelas empresas (Hamann, 2007).

Quer a investigação quer a prática têm, ao longo do tempo, aumentado a consciência da necessidade de um crescimento económico aliado ao desenvolvimento social e ambiental sustentável (Navarro, Alcaraz, Ortiz, 2010). Quer um quer outro têm permitido observar na responsabilidade social dois aspetos comuns em vários estudos: o capital social e humano e o capital ambiental. Ambos são influenciados e influenciam, em simultâneo, o crescimento do capital económico e financeiro e a sua sustentabilidade, bem como a das empresas e do planeta (Idemudia, 2011).

A sustentabilidade² é, enquanto conceito, uma forma prática de uma empresa ser socialmente responsável. É fundamentalmente diferente do bem social e da manutenção dos recursos energéticos e prevê particularmente a continuação das atividades do negócio (Chiu, 2011). Consegue aliar o crescimento económico ao desenvolvimento humano, social e ambiental. Os conceitos, responsabilidade social e sustentabilidade, embora relacionados, são distintos (Pinheiro, 2012). O primeiro consiste numa visão ampla da aplicação prática da responsabilidade social enquanto o

2. A sustentabilidade permite acompanhar o desenvolvimento estratégico. Neste campo criaram-se em Portugal e no estrangeiro novos cursos académicos, voltados para a estratégia da responsabilidade social nas organizações. Correspondem a formações de curta duração que permitem fazer despertar os recursos humanos das atuais empresas para a importância da sua contribuição num plano que é supra-interesse individual (Moreno e Yoldi, 2009).

segundo consiste em analisar os impactos que a tomada de decisão pode provocar na sociedade e no planeta, afetando o seu desenvolvimento sustentável (Pinheiro, 2012).

Os ensaios no âmbito da responsabilidade social revelam que a sustentabilidade é um constructo assente em três esferas: a económica, a ambiental e a social (ilustração 1).

Ilustração 1 – *Triple Bottom Line (TBL)*



Fonte: www.copesul.com.br

As esferas, em funcionamento conjunto, garantem uma estratégia de continuidade e expansão das atividades empresariais, assentes nos pilares da ética, do *marketing* e da estratégia empresarial competitiva (Maiti, 2010).

Este modelo, bem como outros que analisam e medem a interface responsabilidade social e estratégia empresarial, focaliza-se em termos práticos e académicos, maioritariamente, em grandes empresas (Mukiur, 2010), sendo que as pequenas, embora em maior número (Izquierdo e

Vicedo, 2009), despertam curiosidades interessantes, especialmente pelas diferenças apresentadas, mas são muito menos vezes estudadas, até porque nem todos os modelos lhes servem de estudo.

A responsabilidade social, quando analisada em pequenas e grandes empresas, apresenta desde logo diferenças na sua aplicação, seja no conceito, na iniciativa realizada, nas normas aplicáveis, nas ferramentas ao dispor, nos recursos disponíveis e envolvidos no processo, etc. Pelas diferenças na aplicação da responsabilidade social como também pelas diferenças organizacionais em causa, pequenas ou grandes empresas, é previsível que o comportamento socialmente responsável de uma organização dependa de um conjunto de variáveis, algumas delas parcialmente controláveis pelas empresas (Quezada, 2010).

Uma das principais variáveis de distinção empresarial é a separação entre setor público e setor privado. Ao Estado cabe obrigatoriamente o cumprimento pelo respeito e o zelo pelo bem-estar social (Navarro, Alcaraz e Ortiz, 2010; Cowper-Smith e Grosbois, 2010), enquanto no setor privado essa atenção é importantíssima mas não obrigatória (Godos-Díez, Fernández-Gago e Martínez-Campillo, 2011; Morgeson, Aguinis, Waldman e Siegel, 2011; Fassin, Rossem e Buelens, 2011).

Outra variável de distinção empresarial é a conjugação de um conjunto de ações que no todo se entendem como prática de responsabilidade social empresarial. A produção científica até ao momento entende que existem dúvidas, curiosidades e elevada complexidade quando se confunde solidariedade social, filantropia, cidadania ou voluntariado (Ludescher e Mahsud, 2010) com responsabilidade social. Não é uma moda, nem uma simples conceção estratégica de atuação de uma empresa, mas ações de benefício, de eficácia e eficiência organizacional (Izquierdo e Vicedo, 2009), com preocupações com o presente e o futuro. Neste âmbito garante-se competitividade sem negligenciar a *performance* empresarial de onde resulta impacto positivo sobre o bem-estar humano (Moreno e Yoldi, 2009). Estas são as principais razões da importância da RSE (Gunay, 2010), que, tal como a própria, diferem de país para país e de pessoas para pessoas (Idemudia, 2011),

O futuro das gerações e do planeta dependerá da forma como as organizações observam, aceitam, respeitam e apreendem a prática da responsabilidade social em todas as suas vertentes: social, económica, ambiental (Idemudia, 2011), entre outras.

2. Evolução da responsabilidade social

A responsabilidade social existiu desde sempre, embora, em determinados períodos da história, mais camuflada do que em outros, face à atualidade. Na época da escravatura, nos Estados Unidos da América (EUA), os senhores que possuíam escravos eram obrigados a garantir-lhes o abrigo, a roupa e o alimento durante todo o ano. No entanto, os ganhos que o trabalho escravo produzia manifestava-se durante o período das plantações e das colheitas. No resto do ano a rentabilidade era quase nula. Assim se percebe que a libertação dos escravos não foi totalmente assente em ideias liberais e humanistas, mas mais economicistas, já que o trabalho sazonal era mais barato do que a acumulação anual de escravos (Pinheiro, 2012).

Com a evolução natural da sociedade, após a abolição da escravatura, as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e dos empregadores não melhoraram significativamente. Por um lado, os senhores/empresários continuaram a precisar de mão-de-obra, cada vez mais qualificada, o que a tornava mais dispendiosa e por vezes difícil de encontrar. Os trabalhadores, nalguns casos, continuavam a viver em condições laborais degradadas, com exclusão social e sem respeito pelos direitos humanos (Pinheiro, 2012).

A evolução da sociedade trouxe diferentes vagas de prática social por todo o mundo. Na academia o conceito teve as primeiras discussões no ano 1899, nos EUA. De acordo com Freeman e Stoner (1992), Andrew Carnegie, fundador do conglomerado U.S. Steel Corporation, focalizou a sua visão socialmente responsável nos princípios da caridade e da custódia. Enquanto o princípio da caridade prescrevia que os indivíduos mais afortunados da sociedade ajudassem os menos favorecidos, como desempregados, idosos e doentes, o princípio da custódia propiciava que as empresas e os ricos deveriam zelar pela riqueza da sociedade.

Mais tarde, a ideia de responsabilidade social empresarial surgiu nos EUA, em 1906, com o trabalho de Charles Eliot, ficando implícita uma ideologia e um movimento a prosseguir, mas sem nenhum tipo de conceito consistente.

Na primeira década do século passado, a polémica em torno da responsabilidade social pública e privada foi tão elevada que chegou, inclusive, a ser discutida nas salas dos tribunais. O relato histórico mais mediático ocorreu em 1919, com Henry Ford, presidente e acionista maioritário da empresa Ford, que contrariou um grupo de acionistas ao reverter parte dos dividendos dos mesmos em investimentos na capacidade de produção, aumento de salários e constituição de um fundo de reserva (Lee, 2008). Na altura a justiça americana posicionou-se contrária à atitude de Ford, alegando que as decisões só seriam justificadas na medida em que favorecessem o lucro para os acionistas (Ashley, 2005). Em 1953, discutiu-se novamente por via judicial o procedimento socialmente responsável da empresa americana P. Smith Manufacturing Company (Lewis, 1976). A situação ocorrida quase três décadas antes quase se repetiu, dado que a empresa doou fundos para a Universidade de Princeton, em vez de os reverter a favor dos acionistas. A decisão do tribunal argumentou que qualquer empresa poderia realizar o desenvolvimento social, sem esquecer o exercício da filantropia empresarial (Ashley, 2005).

Com a Grande Depressão de 1920, a sociedade em geral ficou fragilizada. Este abalo aumentou as necessidades comunitárias, impondo que as empresas contribuíssem paralelamente com as instituições de caridade. Em causa estava um novo princípio, o do zelo, que se sedimentava na perceção que as empresas tinham do seu dinheiro e do seu uso para ações que beneficiassem a sociedade como um todo. Concomitantemente, cabia a essas empresas aumentar a riqueza da sociedade; caso elas ignorassem os problemas sociais, as consequências de tal atitude seriam de carácter destrutivo a longo prazo (Stoner e Freeman, 1999).

Em 1923, Oliver Sheldon escreveu o livro *Filosofia de Gestão*, com o objetivo de retomar a discussão da responsabilidade social. O autor defendia uma gestão baseada nas relações humanas, sendo que, na época, não

teve grande recetividade (Gomes e Moretti, 2007). Para Ashley (2005), os anos 20 ficaram marcados por uma visão empresarial assistencialista. Na época, os empresários eram incitados a favorecer as comunidades mais carentes, pela própria comunidade, pela concorrência, e pela sua consciência sensível e humanitária. No entanto, esta visão assistencialista que Ashley encontrou nas empresas dos anos 20 não é consensual, especialmente entre dirigentes empresariais e acionistas. Os *stakeholders* entendem que a contribuição social impede a apropriação do capital para as empresas e acionistas, que é necessária, entre outros aspetos, para o investimento e refinanciamento das atividades negociais. O maior defensor desta filosofia é o economista Friedman (1970), que entende a responsabilidade empresarial voltada somente para os acionistas. Segundo este argumento, Friedman (1970a) sugere que a função das empresas não é a de solucionar os problemas sociais, pois esta cabe a determinadas pessoas e, principalmente, ao Governo, mas idealiza a seguinte hierarquia: primeiro, só as pessoas é que têm responsabilidades, segundo as empresas, como pessoas artificiais, têm responsabilidades artificiais e terceiro os negócios, como um todo, não têm qualquer responsabilidade. Em suma, Friedman (1970) advoga que as empresas que adotam a responsabilidade social seguem princípios fundamentalmente subversivos. Corroborando Levitt (1958), considera que as práticas de RSE das empresas do século passado se tornaram em “igrejas medievais”, sendo a posição assistencialista uma prova de tal primado (Drucker, 1984; Stroup e Neubert, 1987; Swanson, 1995; Jones, 1996; Knautz, 1997; McWilliam e Siegel, 2001; Barry, 2002; Porter e Kramer, 2002; Marrewijk, 2003 e Zwetsloot, 2003).

O desenvolvimento da responsabilidade social foi sendo travado nas décadas seguintes, quer por influência das ideologias de Friedman como por múltiplas formas de capitalismo, desde logo pelo comprometimento do lucro, principal objetivo de qualquer atividade mercantil. Para Martin (2010), as diferentes modalidades pelas quais o capitalismo atravessou devem-se principalmente a fatores temporais. Pode-se caracterizar de 1932 até meados da década de 70 como uma forma radical que as empresas encontraram para conduzirem uma gestão profissional. A partir de 1976 até ao início da primeira década do ano 2000 uma forma de gestão focali-

zada no acionista que visa a maximização da riqueza para este conjunto de *stakeholders*, cujos benefícios são mútuos. Para Martin (2010), esta última forma de encarar a responsabilidade social não é a mais correta e necessita ser substituída por uma adaptação aos novos tempos. O autor fala numa nova era voltada para o consumidor. Na mesma linha de pensamento, Resende (2012) defende que o consumo deve ser mais homogêneo e menos ascendente para equilibrar a ecologia planetária e o bem-estar social global.

Este novo capitalismo dirige as suas preocupações sobre o ser humano e o ambiente. Tal como Martin, Lewis (2010) defende que uma empresa deve aumentar os seus lucros sem comprometer o bem-estar da sociedade, e permitindo a sua criação de valor ao longo do tempo. Barton (2011), presidente mundial da McKinsey, defende o capitalismo na sua essência com uma variante, em vez de o observar em perspetiva trimestral, encara-o a longo prazo. A observação em termos trimestrais faz com que o capitalismo realizado produza valor e acumule lucros, em primeiro plano, e, em segundo, produza apoio a causas sociais e ambientais que só o enfraquecem. Em termos de longo prazo, cria relações mais estreitas com os *stakeholders*, a fim de propiciar a criação de bem-estar social. Neste âmbito, Cappellin *et al.* (2002) entendem que agir de acordo com os princípios da responsabilidade social é fazer bem, mas com princípios éticos e sustentáveis. Este bem-estar, para Garcia (2004), explica que o envolvimento do empresário na vida pública é cada vez mais motivacional, isto é, não chega a utilizar o trabalho das instituições sociais, é necessário abraçar as ajudas dos empresários que com eficácia, lógica de negócio e aptidão para fazer o bem excedem cenários pouco agradáveis que a sociedade tem. Martin (2003) entende que todos os esforços, desde cidadãos a grupos de interesse, devem mobilizar-se para esta causa social, porque nem todas as empresas estão atentas, ou sabem como ajudar ao bem comum. Correia (2012) refere que deve existir uma balança para conciliar os interesses das empresas, dos seus trabalhadores, dos cidadãos e do planeta sem colocar em risco a sustentabilidade, procurando a associação de todos os esforços com valores e práticas socialmente responsáveis, independentemente da forma capitalista seguida pelas empresas.

Tal como os autores citados, para Magalhães (2009), outros igualmente defendem o uso da responsabilidade social para capitalizar os lucros empresariais, seja na ligação aos *stakeholders*, seja pelo uso da ética e da solidariedade social ou outros princípios (Dill, 1958; Preston e Post, 1975; Freeman e Reed, 1983; Freeman, 1984; Carroll, 1991; Wood, 1991; Evan e Freeman, 1993; Clarkson *et al*, 1994; Zadek, 1994; Donaldson e Preston, 1995; Athinkson e Waterhouse, 1997; Logsdon e Yuthas, 1997; Mitchel *et al*, 1997; Zadek, 1997; Hummels, 1998; Key, 1999; Zadek, 1998; Shankman, 1999; Gamble e Kelly, 2001; Stoney e Winstanley, 2001; Kaler, 2003; Phillips *et al*, 2003; Wilson, 2003; Mulligan, 1986; Wood, 1991; Enderle e Tavis, 1998; Kok, Van der Weile, McKenna, e Brown, 2001; Mintzberg, Simons e Kunal, 2002).

Com base nos estudos dos autores citados e, os de outros que foram publicados quer na academia e experienciados na sociedade, levantam-se argumentos contra e a favor da prática da responsabilidade social. Para Moreiras (2010), os argumentos a favor da responsabilidade social reúnem mais adeptos, mais estudos e mais fundamento, conforme se resumem no quadro 1. Mas, independentemente dos argumentos a favor, é necessário balancear, estudar e minimizar os impactos dos argumentos contra a prática da RSE.

Quadro nº 1 – Argumentos contra e a favor da RSE

Favor	Ideal	Contra	Ideal
Condições de longo prazo	“Uma sociedade melhor produz um ambiente melhor para os negócios”	Maximização do lucro das ações sociais	Responsabilidade social é desperdiçar o dinheiro dos interessados na empresa.
Imagem pública	“A empresa que deseja capturar uma imagem pública favorável terá que mostrar que também suporta os objetivos sociais”	Envolvimento dos custos sociais	“Os negócios muito exigentes em recursos económicos devem ser geridos com sabedoria, porque esses recursos vão diminuir rapidamente a potência económica, excepto se forem <i>selfrenewing</i> ”

Favor	Ideal	Contra	Ideal
Viabilidade dos negócios	“A sociedade comercial poderá ser alterada ou revogada a qualquer momento desde que tal corresponda às expectativas da sociedade”	Hiato entre aptidões sociais	O empresário “não se sente em casa quando em discussão está a matéria social”
Governo	“O empresário, pelo seu comportamento socialmente responsável, pode impedir o Governo de introduzir novas restrições, pode argumentar que ele provavelmente realiza um bem público, bem como o seu próprio bem privado”	Objetivo principal dos negócios	“o papel económico da empresa iria ficar confuso na sociedade devido à menor produtividade”
Normas socio-culturais	A função de cada pessoa é indissociada da utilidade na ordem de prioridade da estrutura hierárquica de Maslow”	Enfraquecimento internacional	“As atividades sociais diluem a capacidade de negócios da alta produtividade. A menor eficiência é suscetível de conduzir ao aumento dos custos do produto” e, portanto, as empresas que arcam com os custos sociais estarão em desvantagem competitiva.
Interesse dos acionistas	“Tipos de comportamento responsivo que trazem retorno para o setor empresarial como um todo funcionam em benefício do titular de uma carteira diversificada. O fracasso de uma empresa será responsável de privar os acionistas dos retornos que poderiam gozar”	Poder das empresas	“A concentração de poder ameaça a divisão de poderes pluralistas que temos entre as instituições e, provavelmente, irá reduzir a viabilidade da nossa sociedade livre”
Experiência de negócio	“Muitas outras instituições falharam em lidar com os problemas sociais, então por que não recorrer às empresas?”	Falhas da contabilidade	“Responsabilidade deve ter o controlo social mas a contabilidade é pobre ao permitir que qualquer outro tipo de acordo se entenda responsável”
Empresas com recursos	“O negócio é conhecido pela sua capacidade inovadora. Talvez alguns recursos possam ser aplicados a problemas sociais, onde a inovação é extremamente necessária “	Falta de quadro suporte	“Se o negócio se tornar socialmente envolvido, ele irá criar tanto atrito entre as partes dissidentes que o negócio não pode realizar a sua missão social e a sociedade será lacerada em pedaços”

Favor	Contra	Contra	Ideal
Os problemas podem tornar-se lucros			“Se a capacidade inovadora dos negócios se ligar aos problemas sociais, muitos problemas poderiam ser tratados com lucro de acordo com os conceitos dos negócios tradicionais”
Prevenção é melhor do que cura			“Se os atrasos do negócio lidarem com problemas sociais, podem estar constantemente ocupados com a extinção de incêndios sociais para que haja tempo de realizar o objetivo principal: produzir bens e serviços”

Fonte: Moreiras, 2010, pp. 24-26.

Contrariamente ou a favor da responsabilidade social, os estudos, as práticas, os casos judiciais e as ideologias defendidas chegam à Europa em finais da década de 50 com as labutas académicas de Bowen (1957). Estes trabalhos evidenciaram uma melhoria na ligação entre empresários e a sociedade em geral (Soares, 2006). O autor (Soares, 2006) constatou na obra de Bowen que 93,5% dos homens de negócio reconheceram ser responsáveis para com a sociedade. Esta nova forma de encarar a responsabilidade social permitiu a sua evolução ao nível empresarial, social e ao nível académico sucederam-se múltiplas investigações.

Souza (2007) refere que, no fim da década de 60, a Europa, através dos governos, procurava responder às exigências sociais exonerando o papel das empresas nesta problemática contrariamente ao sucedido nos EUA, onde se vivenciou com maior intensidade o aparecimento e difusão da responsabilidade social por parte do Estado. Assim, a Europa assiste à criação de entidades como o “Clube de Roma”, em 1968, com o objetivo de debater um conjunto de temas relacionados com a política económica internacional e, particularmente, com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Pela crítica, ceticismo e dificuldades das diferentes economias europeias a retoma destes assuntos só se concretizou anos mais tarde, após a entrada

de Portugal na antiga Comunidade Económica Europeia – CEE), atual União Europeia (UE). O primeiro e grande impulso foi dado em 1993 por Jacques Delors, ao promover a luta contra a exclusão social (COM, 2001). Em 2000, no Conselho Europeu de Lisboa, o assunto, responsabilidade social, volta a ser encorajado nas seguintes áreas: aprendizagem ao longo da vida, organização do trabalho, igualdade de oportunidades, inclusão social e desenvolvimento sustentável (COM, 2001). Em 2001 a Comissão Europeia publicou o Livro Verde com o título: promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas (COM, 2001). A importância deste livro foi tal que o mesmo se traduziu na definição de responsabilidade social. Na sua sequência, a Comissão Europeia divulgou em 2002 uma comunicação sob o tema “Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável” (COM, 2002) e, em 2006, “Aliança Europeia” para a RSE (COM, 2006). Desde então têm crescido leis, normas e organismos encarregues de explorar e difundir as práticas de responsabilidade social na Europa.

Nos anos 70, na América, local onde a responsabilidade social emergiu, as empresas do norte do continente voltaram a enfrentar um novo desafio: a subida de preços nos gastos de energia, o que originou maiores investimentos para cumprir as obrigações e a legislação emergente no âmbito ambiental. Tal facto fez renascer nas empresas o pensamento de produção de riqueza para maximizar o lucro sem reflexão social. Os problemas cruciais para o desenvolvimento da humanidade estenderam-se da energia à poluição, ao saneamento, à saúde, ao ambiente e ao crescimento populacional. Nesta década realizou-se a primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, que deu origem ao programa das Nações Unidas para o meio ambiente. Este programa tinha por objetivo promover o uso adequado e o crescimento sustentável do ambiente mundial (Karkotli, 2004). Foi o primeiro esforço num ciclo de conferências e debates que se estende até aos nossos dias, donde são fruto os principais documentos e programas que se constituem para definir e regulamentar o desenvolvimento sustentável (Souza, 2007).

Na década de 80, é criado o relatório de Brundtland pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, presidida

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Esta obra apresenta uma recensão bibliográfica das principais publicações científicas no âmbito da análise, relato e ação estratégica da responsabilidade social, tornando-se um compêndio muito útil a estudantes, docentes e investigadores nesta temática.

Tem como objetivo facilitar a compreensão dos conceitos abrangidos pela responsabilidade social, com exemplos reais, de forma a facilitar a assimilação dos assuntos abordados e despertar o interesse para a perceção e incorporação destas matérias na gestão empresarial.

O livro pretende ainda introduzir o leitor em outros temas, com fundações na responsabilidade social, incluindo a sustentabilidade, o capital humano, o ambiente, a fiscalidade verde, entre outros elementos que, racionalmente arrumados, com definições e exemplos, conseguem esquematizar um raciocínio lógico sobre o seu impacto no controlo económico e financeiro e no governo das empresas.

É pretensão da autora incrementar o exercício da responsabilidade social em Portugal, em diferentes perspetivas e ambientes, para que administradores, gestores e quadros diretivos consigam incorporar os seus princípios não só nas empresas como nas comunidades em que se inserem, e com isso oferecerem um futuro mais socialmente responsável para todos.

Visite-nos em
livraria.vidaeconomica.pt

www.vidaeconomica.pt

ISBN: 978-989-768-118-9

